



MUSEU DO ÍNDIO

MUSEU AO VIVO

ANO V

nº 11



Janeiro a Maio / 94

Museu do Índio: 40 anos divulgando a questão indígena (pág. 4)



Foto: Jussara Vieira Gomes

Índios Tremembé de Almofala (CE)

**Entrevista com
Agostinho Felix Jacinto,
Tuxaua do grupo Tremembé
de Almofala (CE)
(pág. 3)**

Os Tremembé de Almofala pertencem a um dos primeiros povos indígenas do território brasileiro que tiveram contato com os europeus. Cerca de três mil índios vivem numa área de 4.900 hectares, no município de Itarema (CE), em processo de regularização. Hoje, os Tremembé moram em casas de palha e de taipa, vestindo-se como os demais habitantes não índios das localidades vizinhas. Entretanto, eles mantêm características e formas próprias de organização social. Como exemplos de expressões de sua cultura, a pesca, enquanto atividade básica de subsistência, e o artesanato constituído de objetos utilitários. Destaque para a dança *Torém*, realizada com mais frequência na época da colheita de caju, sempre acompanhada do *mocororó* (vinho de caju fermentado).

**Pesquisa Indígena:
Índios Guarani
à beira do asfalto
(pág. 4)**

Famílias Guarani morando na Cidade de Terra de Areia, no Rio Grande do Sul, entre o asfalto e a lagoa



Foto: Ariza de Almeida

Editorial

Caminho certo

O Museu do Índio chegou ao fim de 1993 com um saldo positivo, apesar da carência de recursos, de pessoal e das dificuldades relativas ao espaço para realização de suas exposições e de outras atividades culturais e técnicas.

Depois de dois anos sem visitação, desde setembro o Museu voltou a integrar o roteiro cultural da cidade, oferecendo ao público mostras temporárias, atividades educativas para estudantes de 1º grau e outros eventos, mantendo um fluxo constante de visitantes, que vem aumentando a cada mês.

Em dezembro, comemoramos o 40º aniversário da instituição com um dia repleto de atividades que contemplaram toda a variedade

de nosso público: estudantes, pesquisadores, turistas, etc., de forma que entramos em 1994 com a certeza de que estamos no caminho certo para a construção de um novo Museu.

Com o apoio da FUNAI, realizamos a recuperação dos prédios anexos, adequando-os para abrigar nossas reservas técnicas, adquirimos uma nova máquina leitora-copiadora de microfílm e equipamento apropriado ao acondicionamento de todo o acervo fotográfico. Buscamos, ainda, junto à iniciativa privada, recursos para a melhoria de nossas instalações, a fim de que propiciem uma prestação de serviços ao público de melhor qualidade.

Por tudo isso, esse novo ano nos parece promissor. É um ano de grandes mudanças

que, esperamos, sejam boas para o Museu do Índio, mas que também nos causam apreensão. É o ano da Revisão Constitucional, quando pretende-se modificar vários aspectos da Carta de 1988, afetando o conjunto da sociedade brasileira. Mais ainda, setores conservadores buscam nessa oportunidade eliminar os direitos dos povos indígenas, conquistados historicamente e a partir da mobilização dos próprios índios e de segmentos com eles comprometidos. É preciso estar alerta e sobretudo participar deste momento. O Museu do Índio cumpre seu papel de sensibilizar e informar à população frisando que as 180 sociedades indígenas que habitam o território brasileiro têm, necessariamente, que ter garantidas suas terras e toda a assistência que reivindicam. Trata-se do di-

reito de preservar sua vida, não só como seres humanos, mas como sociedades milenares, sendo fiéis a sua cultura e mantendo sua integridade, sua particularidade construída ao longo de séculos. Para tanto, é fundamental que não seja alterado o capítulo referente aos índios que consta na nossa Constituição. O respeito aos povos indígenas é atributo de uma sociedade moderna e digna, com vistas ao futuro. É dever, um ponto de honra, um motivo de orgulho para uma sociedade verdadeiramente democrática.

Jussara V. Gomes
Diretora do Museu do Índio

Em Foco

Homenagem a Lamônica

O mais antigo funcionário em atividade na Fundação Nacional do Índio — Funai, João Domingos Lamônica, recebeu, no Museu do Índio, em novembro passado, a Medalha de Honra ao Mérito Indígenista. Com 73 anos, 60 deles dedicados à fotografia, o amigo de Rondon, hoje, é chefe do Serviço de Registro Audiovisual desse Museu.

A fotografia foi uma das formas encontradas por Rondon, à época das expedições de desbravamento do interior do Brasil e instalação de linhas telegráficas (1890-1915), para revelar a diversidade cultural dos povos indígenas. Lamônica, especialista em



Lamônica (ao centro)

restauração e reprodução, que a pedido do Patrono das Comunicações, Marechal Rondon, montou, em 1943, o laboratório do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, órgão

anterior à FUNAI, vem preservando a memória dos primeiros contatos com os grupos indígenas, através do Laboratório Fotográfico do Museu do Índio.

Foto: Goretti Moreira

Expediente

Jornal Museu ao Vivo — nº11 — Ano V — Janeiro a Maio/94

Editado pela Comunicação Social

Museu do Índio

Fundação Nacional do Índio

Presidente da Funai:

Dinarte Nobre de Madeiro

Diretor do Museu do Índio:

Jussara Vieira Gomes

Chefe do Serviço Administrativo:

Rosilene Andrade Silva

Jornalista:

Cristina de Jesus Botelho Brandão,
reg. prof. 18.678

Consultora Técnica:

Anilza Nazareth de Almeida
(antropóloga)

Técnico de Laboratório:

João Domingos Lamônica

Mala-Direta:

Hilda Araújo

Distribuição gratuita

Tiragem: cinco mil exemplares

Apoio Cultural:

Editora EXPRESSÃO E CULTURA —
Exped Ltda.

Museu do Índio

Rua das Palmeiras, 55

Botafogo

Rio de Janeiro — RJ

CEP: 22270-070

Tels.: (021) 286-2097 e 286-8899

Telefax: (021) 286-0845

Telex: 37091

Opinião

Índio, democracia e revisão constitucional

Dinarte Nobre de Madeiro *

Uma manobra de efeitos devastadores para o índio brasileiro tomou forma no final de 1993 com o anúncio da revisão constitucional. Mas de 230 emendas foram apresentadas pelos parlamentares ao relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Pelo menos 95 por cento dessas emendas foram consideradas pela FUNAI lesivas aos direitos dos índios, principalmente aquelas que pretendem impedir a demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira e a revisão de todas as áreas indígenas já demarcadas.

Desde, então, a FUNAI mantém-se atenta aos desdobramentos do processo de revisão constitucional, visitando deputados e senadores, inclusive o próprio deputado Nelson Jobim, e manifestando sua posição favorável à manutenção do texto do Capítulo dos Índios, na Constituição Federal, por representar um grande avanço para as comunidades indígenas brasileiras. Afinal, pela primeira vez na história brasileira, os legisladores renegaram a concepção integracionista colonizadora, perpetrada durante anos pelos governos federais, adotando uma posição de respeito à diversidade étnica e cultural.

O artigo 231 da Constituição Federal, em seu *caput*, reconhece a organização social, costumes, crenças e tradições dos índios, bem como seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, devendo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. A intocabilidade de tais direitos representa a garantia de sobrevivência física e cultural das 180 etnias existentes no País.

Em meados de março, a primeira versão do parecer do sub-relator Fábio Feldman (PSDB-SP) às propostas revisionais apresentadas ao Capítulo dos Índios foi concluída. No documento, Feldmann rejeita todas as propostas de emendas, com exceção àquela referente aos recursos para a conclusão da demarcação das terras indígenas, determinando ao Executivo encaminhar, no prazo de 160 dias, projeto de lei fixando recursos a serem utilizados para tal fim. A mesma emenda determina que os recursos anuais concernentes à execução dessa determinação constitucional deverão constar da Lei Orçamentária Anual.

O parecer, mesmo em sua versão preliminar, pode ser considerado positivo, já que mantém a integridade do texto constitucional, não cedendo aos interesses contrários aos direitos indígenas e, ainda, determinando que seja concluída a demarcação de todas as áreas indígenas. A vitória nessa primeira batalha não significa que os direitos das comunidades indígenas estão a salvo. Resta aguardar o parecer final do relator Nelson Jobim, que - espera-se - deve manter-se na mesma linha da primeira versão.

As garantias constitucionais conferidas aos índios brasileiros representam não apenas o respeito à singularidade cultural desses povos, mas, fundamentalmente, a perspectiva de um futuro mais tolerante e justo para o Brasil. Afinal, a tolerância é o instrumento da democracia.

* Dinarte Nobre de Madeiro é presidente da Fundação Nacional do Índio-FUNAI.

Entrevista

Agostinho Felix Jacinto *

1 - Em 1992, um grupo técnico, criado pelo então presidente da Funai, esteve em Almofala para identificar e delimitar a Área Tremembé com, aproximadamente, 4.900 hectares. Qual a situação atual do processo de regularização dessas terras?

AJ - "Hoje a gente está achando que esse trabalho de demarcação da nossa terra de Almofala/Varjota está parado. A equipe da FUNAI que fez os levantamentos para delimitação, combinado com nós, acertou que são 4.900 hectares. Mas a terra do Aldeamento não é só essa. São quatro léguas de terra. Mas, por enquanto, nós, Tremembé, queremos que pelo menos façam a demarcação desse pequeno pedaço para ver se nós temos sossego. O processo chegou até às mãos do Ministro da Justiça e voltou para trás.

Uma firma de extração de coco que ocupa grande parte da nossa área entrou com Ação Cautelar contra nós e a juíza deu um paradeiro no processo — uma liminar que acabou com todo o nosso trabalho. Nós estamos sofrendo muito com essa arrumação e a gente não está vendo mais o resultado do trabalho que foi feito pela FUNAI.

O prazo da Constituição para demarcar as terras indígenas era até o dia 5 de outubro de 1993. Agora ainda tem essa Revisão e a gente não sabe como vai ficar."

2 - Como é o relacionamento entre os índios Tremembé e os habitantes não-índios das localidades vizinhas?

AJ - "A gente não pode nem se comunicar com esse povo. Isso merecia a gente se sentar, discutir, ver como as coisas podem ser. Ninguém está querendo tomar nada de ninguém. A proposta da FUNAI é de que todos os posseiros vão ser indenizados — ninguém vai perder nada. Mas uns posseiros têm na cabeça que todos eles vão perder o que têm. Estão muito longe de entender o trabalho que estamos fazendo. A gente não pode se comunicar com esse povo. Propõem até ameaças para nós. Querem agressão, uma situação muito grosseira. Os mais miseráveis são os mais grosseiros — às vezes, não têm nem um pedaço de terra para sobreviverem. Muitos deles são índios também. Mas não querem ser, apesar de serem da mesma descendência.

A gente vê muitas ameaças. A Firma Ducoco cerca todos os caminhos para nós não andarmos. Bota vigia, pistoleiro, para a gente não passar por dentro. E a gente vive num beco sem saída porque aquele povo está atacando a gente, perseguindo. É

ameaça de todos os jeitos. Até carro não está podendo entrar na nossa terra. Tem que ter um canceleiro para controlar a cancela com rádio. Como se vai tapar uma estrada? Não passa carro nem animal. A sujeição está grande.

Na praia, o conflito também é grande. Já teve liderança que foi atacado: o filho legítimo da índia velha. Há três de nós que estão ameaçados: o Cacique Vicente Viana; a Zeza, uma chefe do *Torém*; e o João Venâncio. E ainda têm os posseiros que fazem de tudo pra botar na cabeça do povo índio para desistir da luta e sair da terra. São os ricos que tiram os próprios índios para sair da luta da terra."

3 - Quais os grupos que apoiam a luta dos Tremembé de Almofala?

AJ - "Têm vários deputados que nos apoiam. Uma parte só. A gente tem se encontrado. Pelo menos Inácio Arruda; Mário Mamede; Dr. João Alfredo, presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB (CE); o grupo missionário da Missão Tremembé; Dr. Pinheiro, do CETRA; Dom Aloísio e Dom Benedito, de Itapipoca. Têm pessoas, amigos, artistas e outros índios. Tem gente do Governo que apoia, ajuda. Mas a grande maioria é contra nós. Nós vemos que o Governo tem dinheiro para muitas coisas como jogo, carnaval, mas para o sossego do povo não aparece dinheiro. Se nós tivéssemos condição, nós mesmos resolvíamos tudo. Não íamos atrás dessas coisas."

4 - Como é o *Torém* e qual a sua importância para o povo Tremembé?

AJ - "A gente vem trazendo essa cultura de tempos atrás, dos nossos antepassados. É o idioma, a língua do Índio, é a nossa língua que sai no canto. É um alerta. Serve para nós nos comunicarmos, é um ajuntamento, uma união. Nós nos unimos e nos reunimos.

Nós só somos reconhecidos como indígenas por causa do nosso *Torém*. Foram nossos antepassados que deixaram de herança para nós, Tremembé.

A luta da terra é ajudada pelo *Torém*. A nossa dança do *Torém* faz parte da terra. E a nossa terra faz parte do *Torém*.

A cantiga do *Torém* é criada pelos índios. Quando eles viam um bicho, um objeto, eles tiravam uma cantiga: a *jaçanã*, a *caninana* (cobra) e o caju (*canungá*). Tudo é cantiga dos antigos. Aí ficou a cultura para nós.

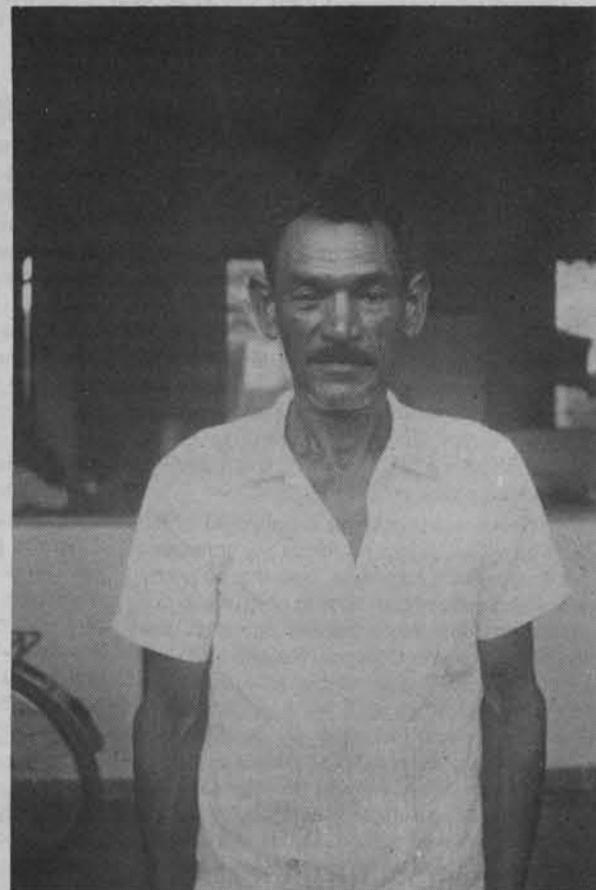


Foto: Fernando Caprini

Apesar de todos os sofrimentos e discriminação, nós somos um povo que sempre foi seguro de sua resistência. Nós, hoje, ainda temos a garantia do nosso idioma, da nossa língua, do nosso canto. Nós lutamos, nós enfrentamos dificuldades, ameaças de morte, mas não deixamos de dançar o *Torém*.

Somos daqui do Aldeamento da Varjota, da Almofala. Temos que lutar por uma coisa que nós temos direito. O que é da gente, o que é nosso, nós temos de segurar, batalhar.

Nós temos certeza e garantia de que vamos ter a vitória por certo!"

* Agostinho Jacinto é Tuxaua do grupo indígena Tremembé de Almofala (CE).

Um chá bem brasileiro

Conta a história que o chá, uma infusão feita das folhas de uma planta indiana, foi preparado pela primeira vez há três mil anos. Pra quem tem tanta idade, o chá está mais atual do que nunca. Adequado ao estilo de vida naturalista, beber o chá é hoje uma atitude inteligente. Até chegar ao Brasil, a bebida passou pelo Oriente, indo do Japão à Índia e de lá para a Inglaterra. Conquistou o paladar ocidental. Por aqui, são chamadas de chá todas as misturas de água fervida com plantas, frutas, raízes e folhas. Mais sucesso mesmo quem faz são as ervas, em especial uma delas: a erva-mate.

Quem primeiro descobriu as delícias do mate foram os índios Guarani. Acostumados a usufruir da natureza como fonte de alimentação e vida, os índios atribuíam à erva poderes curativos e acreditavam no líquido como renovador das forças. E, exatamente como acreditavam esses primeiros consumidores de erva-mate, o chá mate é de fato um excelente revigorante. Rico em sais minerais (cálcio, ferro, magnésio, sódio, potássio e outros) e vitaminas (B, C, D e E), o chá de erva-mate diminui a sensação de fome e é digestivo e diurético, sendo indicado para dietas, o chá de erva-mate também provoca a vasodilatação, sendo muito

bom para pessoas com problemas de pressão alta. Quem acha que o chá mate é calmamente, está redondamente enganado. É estimulante, e dos bons. O consumo frequente amplia a capacidade respiratória, ajuda no combate à anemia e à depressão. Hoje em dia o mate é consumido em larga escala, sendo a LEÃO JUNIOR a principal produtora e líder no mercado com a marca MATTE LEÃO.

A erva-mate pode ser consumida verde (na forma de chimarrão) ou tostada (como chá quente ou gelado). Na LEÃO JUNIOR, os cuidados com o produto começam com o cultivo da erva, planta nativa da região Sul do país que cresce consorciada aos pinheiros do Paraná, as chamadas *Araucárias angustifolias*. A tecnologia entra em cena na fábrica da empresa, onde a erva-mate serve de matéria-prima para diferentes versões de chá: a granel, solúvel, mix, em saquinhos (*tea bag*) e ainda em copinhos, prontos para beber. Hoje, MATTE LEÃO é sinônimo do mais brasileiro dos chás, felizmente descoberto pelos índios, consagrando a erva-mate como uma das delícias da nossa terra.



Informes MI

- A Biblioteca Marechal Rondon do Museu do Índio, especializada em Etnologia Indígena, volta a funcionar, atendendo ao público interessado em pesquisar sobre os povos indígenas brasileiros. A Biblioteca pode ser visitada, de 12 às 17h30min., de segunda a sexta-feira.
- Já está em funcionamento o laboratório de restauração do Museu do Índio, que recuperará o acervo danificado da instituição.
- Concluído, em fevereiro último, pelo Setor de Estudos e Pesquisas do Museu do Índio, o levantamento documental e bibliográfico do grupo indígena Guarani do litoral (RJ, SP e ES).
- Durante a comemoração dos 40 anos do Museu do Índio, a loja de artesanato Artíndia inaugurou seu novo espaço num dos prédios anexos do Museu.
- Em março deste ano, a Coordenadoria de Artesanato — Coart da FUNAI, em Brasília, doou ao Museu do Índio 2.424 slides, 796 negativos e 35 ampliações, contribuindo para enriquecer o acervo audiovisual da Instituição.

Pesquisa Indígena

À beira do caminho

Arliza de Almeida *

Na BR-101, no trecho entre Osório e Torres, no Rio Grande do Sul, o viajante que passa pela pequena Cidade de Terra de Areia vê-se fascinado pela paisagem do complexo de lagoas que margeiam o litoral até Torres, de um lado, e pelo início da Serra do Mar, de outro. Em uma das muitas curvas dessa estrada, passa despercebido um pequeno barranco junto ao acostamento, que desce até a lagoa, escondido atrás de arbustos. Adiante a placa marca o quilômetro 37. Nesse ponto, à margem da estrada, alheios ao movimento e invisíveis aos olhos dos viajantes, estão três famílias Guarani. Um pequeno grupo que busca, entre o asfalto e a lagoa, cumprir o seu destino, compor uma aldeia próxima ao mar.

Nesse acampamento, conhecido como Três Forquilhas, fomos recebidos por um senhor franzino, cortês e comedido, hesitante no português. Confiante e seguro em seus objetivos, busca explicar em Guarani sua missão: encontrar uma terra para seu grupo. Opta pelo Guarani e explica: seu nome é Perumi, líder religioso que, em sonho, viu um lugar para seu povo. Na Argentina, lidera 37 famílias e como atributo de seu *status* religioso, sai em busca de terra. Não qualquer terra, mas a que viu no sonho, próxima ao mar, com boa água, mata, animais e onde se possa ver o mar e manter-se distante dos não-Guarani. Nesse lugar, Perumi e seu grupo vão formar seu *teko-ha*, sua aldeia, onde lhe caberá buscar inspiração divina para orientar seu grupo no cumprimento das regras capazes de levar-lhes além mar, à Terra Sem Mal, paraíso mítico onde as plantas crescem sozinhas, não há trabalho, nem regras de casamento e o homem é imortal. Onde cada um torna-se um Guarani pleno. Essa terra está depois do mar e ele lhe dá força.

Perumi é uma das muitas lideranças Guarani que hoje, no Rio Grande do Sul, formam acampamentos à beira das estradas na expectativa de um território próprio. Há outras aldeias por perto, nelas moram muitos parentes, mas cada *Caraí* (grande rezador) tem seu grupo e é impossível juntá-los. Com um movimento silencioso e quase imperceptível, vão rumando ao litoral, ocupando espaços de forma precária e tranqüila, entendendo esse processo como uma questão de tempo.

Na beira do asfalto, não têm *opy* (casa de reza), sendo quase impossível rezar, plantar, buscar ervas para os remédios, viver seguindo o que

chamam "seu sistema". É um parentes no tempo, uma parada no caminho. Ainda, assim, sob os abrigos de lona e plástico, Perumi e sua família realizam a cultura de seu povo. Longe de estarem desgarrados, sozinhos na estrada, são pioneiros. Buscam um lugar para viver e ser Guarani. Perumi contou-nos sua trajetória imbricada com a de seu povo. Remeteu-se às missões jesuíticas e a concepção de que o "paraíso" está depois do mar. Reafirmou o compromisso com os deuses e descreveu de forma detalhada a geografia Guarani, o incessante vasculhar do mundo, de buscar seu lugar reservado pelos deuses. Mas como vivem nessa parada? Buscam relações amistosas com os vizinhos, pois em suas terras colhem a taquara, matéria-prima de seu artesanato. Produzem 10 a 12 cestos por semana e os vendem aos turistas em Torres. Obtêm, assim, recursos para comprar aquilo que não podem plantar, como milho, feijão, erva-mate, mandioca, e aquilo de que já precisam: açúcar, fósforos, pilhas, etc. Por vezes, arrumam serviço nos sítios vizinhos. Pegam água no rio próximo e, sistematicamente, visitam seus parentes em outros acampamentos e aldeias.

Perumi e seu grupo, ainda como a maioria dos Guarani que estão hoje no Rio Grande do Sul, compõem a parcialidade Mbyá que ocupam, ainda, áreas em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Guardam distinções lingüísticas e culturais com as demais parcialidades Guarani no Brasil, os Nandeva e os Kaiowá, estes majoritários no Mato Grosso do Sul. Os Guarani ocupam ainda territórios na Argentina, Paraguai e Bolívia.

O acampamento de Três Forquilhas, assim como de Capivari, também no Rio Grande do Sul, tiveram formuladas propostas de área por Grupo de Trabalho instituído pela FUNAI com a participação de seus técnicos, além de um representante do governo do Estado do Rio Grande do Sul e da ONG Projeto Mbyá-Guarani. Além da proposta de área para esses grupos acampados, o GT propôs a ampliação das áreas Cantagalo, em Viamão, e Barra do Ouro, em Maquiné.

* Arliza de Almeida é antropóloga do Museu do Índio, tendo coordenado os trabalhos de Identificação e Delimitação das Áreas Guarani de Cantagalo, Barra do Ouro, Três Forquilhas e Capivari.

40 anos do Museu do Índio



Foto: Arliza de Almeida

Atividade de pintura facial indígena durante o evento

Mais de 200 pessoas participaram da comemoração do 40º aniversário do Museu do Índio em dezembro passado. Desde a sua fundação, a instituição vem cumprindo sua dupla missão de, por um lado, registrar e estudar importantes culturas americanas e, por outro, divulgar junto ao público a causa indígena. Pesquisas realizadas junto a 180 diferentes povos indígenas formaram um dos mais importantes acervos da América Latina.

Enquanto espaço cultural vinculado à Cidade do Rio, o Museu do Índio promoveu, na ocasião, exposições de máscaras, fotos e grafismo indígena; exibição de vídeos sobre temática indígena; palestra de Marcos Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, sobre o indigenista e etnógrafo Curt Nimuendaju; tarde cultural para o público infantil, além de depoimento da liderança Guarani do Rio de Janeiro, Domingos Venite, sobre o processo de regularização de suas terras.

Agradecimentos

- Artemania Produções Artísticas
- Biscoitos Nabisco
- Casa do Índio — RJ
- Colégio Israelita Brasileiro "A. Liessin"
- Embaixada do Canadá
- Fetraspor
- Fundação Rio-Zoo
- Gessolar
- Grupo Catirinando
- Hebe Andrade
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais — UFRJ
- Irmalex Malharia
- Kaichi Sato
- Linhas Lipasa do Nordeste S.A.
- Lidador — Pereira Cabral Líquidos e Comestíveis Finos S.A.
- Leão Júnior S.A. — Matte Leão
- MK Processamentos de Dados Ltda.
- Museu do Folclore
- Museu Nacional — Departamento de Antropologia
- Museu do Primeiro Reinado
- Sintrasef
- Tintas Coral S.A.
- Toshiko o Shinzato
- Zeca das Pipas

IMPRESSO